

Sumário

Capítulo 1 - Fato gerador	1
1. Fato gerador circulação de mercadorias. ADC 49.....	1
1.1 Salvados de sinistros.....	11
1.2 Comodato e locação	11
1.3 Consignação	16
1.4 Reorganizações societárias.....	18
1.5 Integralização de capital social.....	20
1.6 Incorporação no ativo de bens de fabricação própria	21
1.7 Alienação de ativo imobilizado	22
1.8 Fornecimento de água tratada por concessionárias de serviço público.....	26
2. Fato gerador prestação de serviços de comunicação	28
2.1 A Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.742/98 – LGT). A corrente ampliativa e a corrente restritiva no ICMS-comunicação.....	30
2.2 Serviço de telecomunicação x serviço de valor adicionado.....	43
2.3 ICMS-comunicação e conflitos com o ISS.....	47
3. Fato gerador prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal	48
Capítulo 2 – ICMS na exportação e na importação	53
1. Imunidade do ICMS nas exportações e a CF.....	53
1.1 Imunidade das exportações e LC 87/96.....	54

1.2 Abrangência da imunidade do ICMS nas exportações	59
1.3 Possibilidade ou não de revogação da imunidade do ICMS nas exportações. Cláusula pétrea	63
2. ICMS na importação	67
2.1 Não incidência de ICMS na importação e saída de pescados de país signatário do GATT	68
2.2 EC 33/01 e o ICMS na importação por pessoa física e não contribuinte	75
2.3 O problema das leis estaduais editadas antes da modificação da Lei Kandir. Temas 171 e 1094 de repercussão geral	79
2.4 Definição do sujeito ativo do ICMS na importação. Tema 520 de repercussão geral	82
Capítulo 3 – Base de cálculo e alíquotas	89
1. Base de cálculo	89
1.1 O cálculo “por dentro”	89
1.2 Descontos incondicionais e mercadorias em bonificação.....	90
1.3 Pauta fiscal. Súmula 431 do STJ.....	98
1.4 Base de cálculo e acréscimos financeiros	100
1.5 Seguro de garantia estendida	103
1.6 Energia elétrica: demanda contratada, TUST, TUSD.....	105
2. Alíquotas	107
2.1 Seletividade. LC 194/2022	108
2.2 A EC 87/2015 e o DIFAL. Convênio 93/2015. Temas 517 e 1093 de repercussão geral. LC 190/2022	116

2.2.1 Relação da EC 87/2015 com o conflito origem x destino na economia digital. O caso “South Dakota v. Wayfair” da Suprema Corte dos EUA	126
2.3 Exigência de DIFAL nas operações envolvendo bens do ativo imobilizado/uso e consumo com contribuintes do ICMS	129
2.4 A Resolução 13/2012 do Senado Federal	133
Capítulo 4 – FECP (Fundo de combate à pobreza e às desigualdades sociais)	135
1. A criação do FECP	135
2. Inconstitucionalidade da “convalidação” dos adicionais do FECP pela EC 42/03. ADI 2869-RJ e o RE 592.152/SE.....	136
3. Escrituração fiscal ICMS e FECP. Divergência de informações fiscais e recolhimento a maior.....	143
4. Benefício fiscal da Lei RJ 6.331/2012 e a majoração do FECP	146
5. LC RJ 210/2023	150
6. Exigência de ICMS e FECP no mesmo auto de infração.....	157
Capítulo 5 – Benefícios fiscais e guerra fiscal.....	161
1. Panorama da guerra fiscal. ADPF 190	161
2. A glosa de créditos de ICMS e o tema 490 de repercussão geral....	163
3. A LC 160/2017 e o Convênio ICMS 190/2017	170
4. Possibilidade de concessão de benefícios fiscais de ICMS apenas por lei estadual	173
4.1 Benefícios fiscais que não induzem guerra fiscal	173
4.2 Diferimento	176
4.3 Transação e Parcelamento.....	178

5. A LC 160/2017 e o Estado do Rio de Janeiro. Regime de recuperação fiscal (LC 159/2017). Benefícios por adesão	180
6. A tutela da confiança legítima e os benefícios fiscais. Quadro normativo do Estado do Rio de Janeiro	186
6.1. Benefício fiscal da Lei RJ 4.177/2003	195
6.2. Benefício fiscal da Lei RJ 6.979/2015.....	198
Capítulo 6 – FEEF (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal) e FOT (Fundo Orçamentário Temporário)	203
1. A criação do FOT como substituto do FEEF	203
2. Inconstitucionalidade do FOT e do FEEF.....	205
3. A transição do FEEF para o FOT.....	220
4. A problemática da submissão ou não dos benefícios ao FEEF e FOT	221
Capítulo 7 – Não cumulatividade	229
1. Crédito físico x crédito financeiro	229
2. Não cumulatividade da Lei RJ 2.657/96.....	241
3. Impossibilidade de crédito na entrada de energia elétrica por supermercado em panificação, restaurante, açougue, peixaria e laticínios. Súmula 146 TJRJ	250
4. Possibilidade de creditamento de ICMS incidente sobre energia elétrica na prestação de serviços de telecomunicações. Tema 541 recurso repetitivo	251
5. Crédito relativo a combustível utilizado por prestador de serviço de transporte	254
6. Créditos em razão de pagamentos realizados no bojo de programa de parcelamento	259

7. Mutações societárias, sucessão de estabelecimento e créditos de ICMS.....	260
8. Impossibilidade de manutenção de créditos de ICMS relativos a produtos com perecimento em razão das medidas adotadas para o combate à pandemia do COVID-19	261
9. Direito ao crédito e erros formais. Possibilidade de prova pericial	262
Capítulo 8 – Responsabilidade e substituição tributária.....	267
1. A reserva de lei complementar para dispor sobre normas gerais de responsabilidade tributária.....	267
2. Responsabilidade tributária de ICMS e <i>marketplaces</i> (Lei RJ 8.795/2020)	272
3. Responsabilidade tributária de ICMS e intermediador financeiro (Lei RJ 8.795/2020)	284
4. Substituição tributária e reserva de lei estadual	285
5. Substituição tributária em operações interestaduais. Art. 9º da LC 87/96.....	289
6. Inconstitucionalidade da cobrança de DIFAL-ST com base dupla	294
7. Substituição tributária, modificação de margem de valor agregado (MVA) e anterioridade. Lei RJ 8.926/2020.....	295
8. Substituição tributária. Revogação de liminares em ações propostas por substituídos.....	302
9. Substituição tributária, restituição e complementação – tema 201 de repercussão geral. Lei RJ 9.198/2021	304
10. Restituição de diferenças na base de cálculo da substituição tributária e desnecessidade de comprovação do art. 166 do CTN	309

11. Exame crítico da substituição tributária – necessidade de sua redução	318
12. Supressão de hipótese de substituição tributária no Estado do Rio de Janeiro	321
Capítulo 9 – Conflitos ICMS x ISS.....	325
1. Conflitos de competência e lei complementar	325
2. Farmácias de manipulação	339
3. Serviços gráficos/embalagens	343
4. <i>Software</i>	346
4.1 Panorama no Estado do Rio de Janeiro.....	351
5. ICMS-comunicação x ISS	358
5.1 Monitoramento de veículos	359
5.2 Veiculação de publicidade	363
5.2.1 Dados históricos	363
5.2.2 Razões para não incidência do ICMS na hipótese de veiculação de publicidade.....	366
5.2.3 Panorama do tema após a LC 157/2016	379
5.3 <i>Streaming</i>	386
5.4 <i>Internet</i> das coisas (IoT).....	391
6. Impressão 3D.....	394
7. Operações com criptoativos.....	396
8. Operações com <i>non-fungible token</i> (NFT).....	399
9. Recarga de veículos elétricos	402

Capítulo 10 – Temas especiais de ICMS-RJ	407
1. Decadência – divergência em relação ao termo inicial.....	407
2. Sanções – Lei RJ 2.657/96 - Inconstitucionalidade de multas punitivas superiores a 100%	417
2.1 Inconstitucionalidade da multa prevista no art. 62-B, II, da Lei RJ 2.657/96.....	419
3. Regras de sigilo de informações financeiras (LC 105/2001) e o Decreto RJ 46.902/2020.....	425
4. Prazo máximo de fiscalização.....	432
5. Regulamentação da cláusula antielisiva no Estado do Rio de Janeiro. Lei RJ 7.988/2018.....	434
6. ICMS-RJ: óleo e gás.....	437
6.1 Não incidência de ICMS na extração mineral de petróleo	437
6.2 REPETRO-SPED e ICMS	439
6.2.1 Convênio ICMS 3/2018 no Estado do Rio de Janeiro. Inconstitucionalidade da cláusula nona do Convênio ICMS 3/2018 e do art. 8º da Lei RJ 8.890/2020	443
Referências.....	459